



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0199637-2

APELANTE: JÚLIO GUERRA DA SILVA – ME – “J.G. TINTAS”

APELADO: G. B. LOGÍSTICA LTDA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL (15 de abril de 2010)

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - COBRANÇA INDEVIDA - PROCEDENTE - APELAÇÃO CÍVEL - QUANTUM INDENIZATÓRIO REVELA-SE AQUÉM DA REPARAÇÃO DO DANO - MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO PARA R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REIAS) - RECURSO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível Nº 0199637-2, da Comarca de Timbaúba-PE, em que é apelante Júlio Guerra da Silva – ME – “J.G. Tintas” e apelado G.B. Logística Ltda;

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso de apelação, para elevar o quantum indenizatório para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos termos do voto da Turma, tudo em conformidade com as inclusas notas taquigráficas que integram o presente julgado.

Recife, 13 de maio de 2010.


Des. Fernando Martins
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

1009
34
v

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0199637-2

APELANTE: JÚLIO GUERRA DA SILVA – ME – “J.G. TINTAS”

APELADO: G.B. LOGÍSTICA LTDA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO:

Adoto o relatório da sentença de fls. 29/30 dos autos.

Acrescento que o Douto Juiz *a quo*, nos autos da Ação de Indenização por Dano Moral, declarou a revelia do réu e julgou procedente o pedido, determinando a título de indenização por dano moral o pagamento de R\$ 100,00(cem reais). Condenou também o apelado nas custas processuais já antecipadas, deixando de condenar em honorários advocatícios por falta do pedido.

Irresignado com o *decisum* de 1º grau, o apelante vem do mesmo oferecer recurso de apelação (razões de fls. 32/40) aduzindo, em suma, que a sentença merece reforma, tendo em vista que estipulou um valor indenizatório “ínfimo” em relação ao dano sofrido.

O Apelado foi devidamente citado para apresentar contrarrazões, mas não o fez.

É o Relatório. À Douta Revisão.

Recife, de de 2009.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR.

110
29
JL



PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE TIMBAÚBA
Pernambuco

Autos nº 6.881/03.
Requerente : Júlio Guerra da Silva.
Requerido : G.B. Logística Ltda.

SENTENÇA

EMENTA : AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA . VEROSSEMELHANÇA DO DIREITO ALEGADO. CONCESSÃO. NÃO CONTESTAÇÃO. REVELIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. Inteligência do art. 330, inciso II c/c art. 269, inciso I do Diploma Processual Civil.

"A falta de contestação pela outra parte estabelece, se as provas dos autos não fazem admitir-se o contrário, a verdade formal da afirmação da parte" (in comentários do Código de Processo Civil – Rio de Janeiro – Forense – p. 295, Pontes de Miranda)

Vistos etc...

JÚLIO GUERRA DA SILVA-ME "J.G. TINTA", qualificada nos autos, por advogado legalmente habilitado, propõe perante este juízo AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA contra G. B. LOGÍSTICA LTDA, também qualificada, alegando que adquiriu junto à requerida mercadorias nos termos da Nota Fiscal nº 00492, emitida em 07/10/2003, no valor de R\$ 1.195,65 (um mil cento e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos), em três duplicatas no valor de R\$ 398,67 (trezentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), com vencimentos previstos para 05/11/2003, 20/11/2003 e 05/12/2003 que até a presente data não foram entregues, no entanto, o mesmo foi autorizado a efetuar o pagamento através da rede bancária, na conta corrente nº 11.311-5, agência 2889-4, tendo sido efetivado os depósitos na data apazada e, mesmo assim, recebeu notificação oriunda do Cartório de Protesto.

Ressalta que o comportamento adotado pela demandada vem provocar prejuízos a empresa demandante, tentando receber pela segunda vez um título devidamente quitado e se concretizado o protesto provocará sérios transtornos e abalo de crédito, caracterizando prejuízos insuportáveis nas relações comerciais e demais alegações contidas na exordial de fls. 02/07.

Requer tutela antecipada, objetivando a sustação do apontamento do protesto do título nº 536 e registro no SERASA.

Mariza Silva Borges
Juíza de Direito

112
30
JML

Requer citação e procedência do pedido, condenação da requerida ao pagamento de indenização, a título de danos morais. Dá à causa o valor de R\$1.000,00 (um mil reais).

Com a inicial vieram os documentos de fls.08/13.

Pagas as custas. Foi deferida a tutela antecipada através do despacho de fls. 16. Citado por Carta com aviso de recepção, silenciou, nos termos da certidão de fls. 23, emitida pela Chefia da Secretaria.

Às fls. 24/26, petição do requerente subscrita por advogado, comunicando que o último título no valor de R\$398,67 (trezentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos) vencimento em 05/12/2003, apesar de efetivado o depósito foi enviado ao Cartório de Protesto. Anexa o comprovante de pagamento e requer o julgamento antecipado da lide, reconhecendo a revelia.

Os autos vieram-me conclusos.

RELATEI. DECICO.

Trata-se de pedido de indenização por danos morais sofrido pelo autor, em razão de ter sido levado a protesto duplicatas, devidamente quitadas através de depósito bancário, em conta da requerida, conforme emerge das fls. 11, 12 e 27.

Citada por carta com aviso de recepção, no endereço constante na exordial, não contestou o pedido, conforme a certidão de fls. 23 da lavra da Chefia da Secretaria.

A falta de contestação deixa o Promovido em estado de revelia e passível da punição inserta no art. 219 do CPC, consideradas verdadeiras as alegações da exordial. Ora, se a afirmação do Requerente passa a adquirir o *status de verdade formal em virtude da contumácia do Requerido, tratando-se de direito disponível e que não necessita ser provado em audiência*, é perfeitamente aplicável a regra do art. 330, inciso II do supramencionado Diploma Processual, para que o juiz conheça diretamente do pedido.

Não consta nos autos nenhum elemento probatório que aponte para a improcedência do pedido, pelo contrário, a prova do pagamento do débito é inequívoca, tornando-se arbitrária a notificação de protesto, desta feita, o constrangimento está caracterizado. No entanto, não restou comprovado qualquer repercussão exterior, sequer, restrição creditícia, assim, o dano moral sofrido é de pouca monta.

POSTO ISTO, reconhecendo a veracidade das afirmações contidas na inicial de fls.02/07, julgo procedente o pedido e condeno *G.B. LOGÍSTICA LTDA* a pagar, a título de indenização por dano moral a quantia de R\$ 100,00 (cem reais) e o faço por sentença para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em consequência, extingo o processo com julgamento do mérito, com base no art.330, inciso II e art. 269, inciso I todos do Código de Processo Civil.

Condeno, ainda, em custas processuais, deixando de condenar em honorários de advogado por falta de pedido.

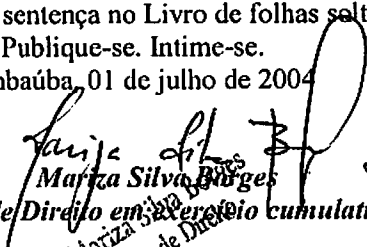

Oficie-se ao Cartório de protesto visando sustação do título nº 536, com vencimento previsto para 05/12/2003 ou qualquer outro nomeado neste processo, em nome do requerente.

Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Cópia da sentença no Livro de folhas soltas.

Publique-se. Intime-se.

Timbaúba, 01 de julho de 2004


Mariza Silva Borges
Juíza de Direito em exercício cumulativo


APELAÇÃO CÍVEL Nº 0199637-2
APELANTE: JÚLIO GUERRA DA SILVA – ME – “J.G. TINTAS”
APELADO: G.B. LOGÍSTICA LTDA
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL ÍVEL

VOTO:

Trata-se de recurso de apelação contra sentença que determinou valor indenizatório para dano moral.

Como consta nos autos, o Apelante tinha uma dívida com o Apelado e que deveria ser paga através de três duplicatas. Mesmo com sua dívida quitada o Apelado protestou as duplicatas emitidas. Quando da interposição desta ação foram protestadas duas duplicatas, depois no decorrer desta ação, com o Apelado já sabendo da existência da mesma, protestou a terceira duplicata e que também já estava quitada.

Restou comprovado também que em nenhum momento o Apelado, mesmo tendo protestado indevidamente o Apelante, quis solucionar a lide.

Verifica-se que o recorrido encaminhou para protesto, dívida regularmente quitada, sem qualquer respaldo legal, restando totalmente evidenciado o seu ato doloso.

A dívida total somava o valor de R\$ 1.195,65 (um mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos). O Apelado cobrou duas vezes este valor, tendo em vista que cobrou dívida já paga.

O Apelante além do tempo perdido, constrangimentos, desconforto e a possibilidade de ver o nome de sua empresa no cadastro de devedores, gastou dinheiro com custas processuais e honorários advocatícios.

Desta feita, resta inequivocamente comprovado o prejuízo da Apelante e a procedência do dano moral, decorrente do protesto indevido, ainda que não tenha havido inscrição no SERASA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

113
65
M

A sentença reconheceu o dano moral, mas estabeleceu o valor de R\$ 100,00 (cem reais), o que não me parece razoável.

Constata-se dos autos que na petição inicial o autor, ora Apelante, requereu que o *quantum* indenizatório do dano moral fosse atribuído pelo Juízo competente, de forma que este valor, proporcionasse uma justa indenização, sem causar enriquecimento, mas que tivesse um caráter punitivo, para dissuadir o responsável de um novo atentado.

Assim, o valor dado à causa foi para efeitos meramente fiscais.

Existindo desta forma, a responsabilidade do Apelado, restando cristalina a responsabilidade do mesmo pelo ocorrido, e conseqüentemente sua responsabilidade em indenizar o Apelante, conforme estabelecido na decisão monocrática, merece reforma a mesma, apenas para estabelecer um novo valor de pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, devidamente atualizados, de forma plenamente condizente com o entendimento jurisprudencial do STJ.

Com tais considerações, meu voto é no sentido de dar provimento ^{PARCIAL} ao presente apelo, reformando a sentença para majorar os danos morais no patamar de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

É como voto.

Recife, 15 de 04 de 2006.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. Patriota Malta

Apelação Cível nº 0199637-2

Relator Des. Fernando Martins

VOTO DE REVISÃO

Ouvi atentamente o voto do Eminentíssimo Relator e, no cotejo com a matéria de prova e os argumentos trazidos na Apelação, concordo plenamente com a posição adotada por sua Excelência, votando no mesmo sentido.

É COMO VOTO.

Recife, 15/04/2010.
[Assinatura]

[Assinatura]

114
66
m



115
67
m

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA (REVISOR)

Acompanho Vossa Excelência também no meu voto de revisão.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

Eu também acompanho, e lembro até de um livro, convertido em filme, "Os Sete Minutos", é uma história sobre o Holocausto, em que um judeu teria entrado com uma ação de dano moral contra a imprensa, um jornalista, e o filme vai até, o livro também, e discute tudo, prova, prova, prova, e no fim se verifica que o que seria credor, o vencedor da ação, tinha um passado tão miserável, tão nojento, que o arbitramento do dano foi na menor moeda americana, um centavo de dólar. Ele ganhou a questão, mas o arbitramento foi esse. É só uma questão que eu estava lembrando.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS (RELATOR)

É totalmente diferente.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

É totalmente diferente, mas digo pelo simbolismo quase do arbitramento do juiz, R\$ 100,00 (cem reais).

Eu acompanho.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE APELAÇÃO PARA ELEVAR O 'QUANTUM' INDENIZATÓRIO PARA R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), NOS TERMOS DOS VOTOS DA TURMA".

04